



Senado aprova fim das coligações proporcionais

De acordo com a proposta, que agora segue para análise da Câmara, fica proibida a formação de alianças partidárias nas eleições para vereador e deputado estadual e federal



Segundo Renan Calheiros (C), Senado e Câmara seguirão uma pauta comum de votações sobre a reforma política

O Plenário aprovou ontem proposta que acaba com as coligações em eleições proporcionais. Iniciativa do ex-senador José Sarney, o texto mantém a possibilidade de os partidos fazerem

alianças apenas nas eleições majoritárias (prefeitos, governadores, presidente da República e senadores). Parlamentares pediram urgência na discussão de outros temas da reforma política. **3**

Biodiversidade está na pauta de 4 comissões **8**

Itamaraty precisa de mais verbas, diz ministro **6**

Renan: ajuste não pode punir setor produtivo **4**

Tombini prevê queda da inflação

O ritmo de alta dos preços começa a cair no mês que vem, segundo o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, ele defendeu o ajuste fiscal proposto pelo governo e afirmou que o in-

teresse dos investidores estrangeiros pelo Brasil continua.

A audiência faz parte de uma série de debates sobre a crise. Para a semana que vem, o convidado da comissão é o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. **5**



Alexandre Tombini (C) defende a política econômica em audiência com Delcídio do Amaral (4º à esq.) e Raimundo Lira (D)

Plenário confirma novo embaixador para Angola **7**

Setor aéreo quer voz nas decisões do Congresso **2**

“Pauta expressa” vai acelerar votações **5**



Ferraço (E), Randolfe (C) e Paulo Rocha lideram investigação sobre suposta fraude

CPI do HSBC é instalada e já analisa requerimentos hoje

Onze senadores fazem parte da comissão parlamentar de inquérito instalada ontem para investigar as suspeitas de fraudes em contas de brasileiros do banco HSBC na Suíça. A denúncia, feita por jornalistas, está sendo analisada pelo

Ministério Público e ganha o reforço do Senado.

O senador Paulo Rocha foi eleito presidente do colegiado, ao lado de Randolfe Rodrigues, na vice-presidência, e de Ricardo Ferraço, que assumirá a relatoria. **7**

Benefício tributário a micro e pequena empresa vai à Câmara

Pequenos e microempresários estão mais perto de terem a cobrança e o pagamento de tributos do ICMS simplificados. O Senado aprovou ontem a criação de uma alíquota única de 3,95% para o pagamento de impostos da chamada substituição

tributária e novas regras para a restituição de valores pagos antecipadamente. Texto segue à Câmara.

A aprovação foi comemorada por senadores, como Romero Jucá, que vê a proposta como um passo para a simplificação do sistema tributário nacional. **5**



Portal e-Cidadania

É fácil navegar



O Portal e-Cidadania é um espaço virtual criado para estimular e possibilitar uma participação mais direta e efetiva dos cidadãos no processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/ecidadania

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.

SENADO FEDERAL



Representantes dos aeronautas e de empresas de táxi-aéreo se reuniram com o presidente do Senado para pleitear uma maior participação da categoria na definição de políticas que possam afetar o setor



Vicentinho, que já foi aviador, acompanhou a visita dos comandantes Arantes e Castanho, representantes do setor aéreo

Trabalhadores e empresários do setor aéreo pedem apoio

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o comandante Milton Arantes, presidente da Associação Brasileira de Táxi Aéreo e Oficinas de Manutenção (ABTAer), e o comandante Adriano Castanho, presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA). Acompanhados de Vicentinho Alves (PR-TO), eles pediram a Renan apoio para uma maior

participação nas decisões que afetam o setor.

De acordo com Castanho, 100 mil pessoas trabalham no setor. Já Arantes, que representa 83 empresas, estima outras 30 mil pessoas potencialmente afetadas por medidas.

— Somos extremamente sensíveis à alta do dólar, à condução da economia do país. As decisões políticas nos

afetam diretamente — afirmou o presidente da ABTAer.

Após ouvir as reivindicações das duas entidades, Renan disse que é preciso construir alternativas e prometeu apoiar a categoria.

De acordo com Vicentinho, que já foi aviador, a participação da categoria na condução das políticas para o setor vai se refletir em melhorias no atendimento da população.

Comissão Senado do Futuro faz primeira reunião

Wellington Fagundes (PR-MT) ocupará, durante o biênio 2015–2016, a presidência da Comissão Senado do Futuro (CSF). A reunião para a retomada dos trabalhos e eleição do presidente e vice está marcada para hoje, a partir das 11h. Ainda não está definido quem ocupará a vice-presidência.

A comissão é a menos nu-

merosa do Senado, contando com 11 integrantes. Wellington foi eleito em 2014 para o primeiro mandato como senador. Nesta legislatura, é o sexto estreado a ser indicado para a presidência de uma comissão.

A Comissão Senado do Futuro foi criada em 2013 com o objetivo de promover discussões sobre grandes

temas e o futuro do país. Ao contrário das demais, ela não tem função deliberativa — ou seja, não vota proposições — e se reúne apenas em caráter extraordinário.

O trabalho inclui o debate, com a participação de entidades civis e de especialistas, sobre como melhorar as instituições brasileiras e aprimorar a atuação do Senado.

Raupp saúda os 49 anos do PMDB

Ao lembrar os 49 anos do PMDB, comemorados ontem, Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a trajetória do partido está associada à história da democracia brasileira.

O senador lembrou que o partido nasceu destinado à oposição ao regime militar e que, sob a bandeira do então MDB, se aglutinaram todas as forças democráticas que ousaram enfrentar o regime implantado em 1964.

— Vivemos um momento dos mais sensíveis da nossa história política. O PMDB, sem qualquer dúvida, será mais uma vez chamado a aglutinar o pensamento da nação na manutenção da trilha democrática na qual o partido sempre caminhou — afirmou.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medeiros propõe lei sobre seguro de vida

José Medeiros (PPS-MT) disse que apresentará projeto de lei que autoriza as seguradoras a exigir exames médicos do segurado antes da assinatura do contrato. O objetivo é evitar que as empresas acabem dificultando o pagamento de indenizações após a morte do titular da apólice.

Ele citou como exemplo a luta da viúva do senador Jonas Pinheiro, Celcita Pinheiro, para receber o seguro de vida em nome do parlamentar, morto em 2008.

— São verdadeiras tragédias familiares que ocorrem quando um ente querido se vai e o dinheiro que deveria garantir o bem-estar dos seus herdeiros lhes é negado por razões obscuras — alertou.



Moreira Moritz/Agência Senado

Ataídes cobra vacinas nos estados

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) cobrou explicações do Ministério da Saúde sobre a falta de vacinas em pelo menos seis estados, entre os quais o Tocantins, conforme denúncias publicadas em alguns jornais. Segundo o senador, uma das vacinas que não chega aos estados é a BCG, usada para imunizar crianças contra a tuberculose.

O governo explicou que reformas nos laboratórios dificultaram a produção e a distribuição das vacinas, mas Ataídes acredita que o problema seja outro.

— O governo da presidente Dilma gasta muito e gasta mal, o que deixou nossa economia neste estado caótico em que se encontra — denunciou.



Moreira Moritz/Agência Senado

Para Vicentinho, sucesso na política depende de vocação

Vicentinho Alves (PR-TO) afirmou, em evento para deputados estaduais antea-

tem, que o segredo para uma carreira política de sucesso é ser movido pela vocação e por uma “boa causa”. Como exemplos, citou Winston Churchill, Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Ulysses Guimarães e Ruy Barbosa.

— Eles provam que uma carreira política não se faz com lógica, mas pela experiência. Pelo acertar e errar em nome de uma boa causa. E, não tenho dúvidas, a boa causa que nos une a todos, neste auditório, é a causa do Brasil e de sua gente — disse o senador, no 2º Seminário

de Assuntos Parlamentares.

Ao comentar a trajetória de Ulysses, lembrou que o ex-presidente da Câmara nunca foi prefeito, governador ou presidente, apesar de muitos considerarem a experiência em cargo executivo condição obrigatória para o sucesso de uma carreira política.

— Alguém pode dizer que [Ulysses] não foi líder? Alguém pode dizer que não foi respeitado? Alguém dirá que não foi poderoso? Foi poderoso porque teve o povo ao seu lado. Foi respeitado porque honrou a confiança que recebeu. Foi líder porque conduziu a travessia até a democracia — explicou.

CORREÇÃO

Diferentemente do que foi publicado na pág. 2 de ontem (“Senado homenageia Ordem DeMolay”), o estado do senador Valdir Raupp (PMDB) é Rondônia (RO).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Pauta prevê votação, em 1º turno, da PEC 71/2011, que determina a desincompatibilização de presidente da República, governadores e prefeitos que quiserem concorrer em eleição.

PRESIDÊNCIA Governança do Solo

9h30 Renan Calheiros participa da Conferência Governança do Solo, promovida pelo Tribunal de Contas da União. Às 11h, recebe o prefeito de Maceió, Rui Palmeira. Às 11h30, recebe o senador Garibaldi Alves e a advogada Lúcia Jales. Às 16h, preside a ordem do dia.

CI Requerimentos

8h30 A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) tem reunião deliberativa para leitura de requerimentos.

CAS FGTS para doentes graves

9h Na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, texto que permite o saque do FGTS quando o trabalhador ou qualquer dependente tiver doença grave.

CCT Biodiversidade

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia tem reunião para votar o novo Marco Legal da Biodiversidade.

CDR Ministro das Cidades

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo promove audiência com o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, sobre as ações da pasta.

CMA Biodiversidade

9h A Comissão de Meio Ambiente se reúne para votar o projeto que estabelece o novo Marco Legal da Biodiversidade.

CCJ Indicação para o STM

10h Na pauta de 16 itens, a indicação do brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo para o STM.

CPI DO HSBC Reunião

10h15 A comissão de inquérito se reúne para avaliar requerimentos.

CDH Educação de idosos

11h Análise do projeto que inclui na educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social ao idoso.

CSE Início dos trabalhos

11h A Comissão Senado do Futuro instala os trabalhos e elege presidente e vice para o biênio 2015–2016.

CAE Biodiversidade

12h A comissão vota o novo Marco Legal da Biodiversidade.

VIOLÊNCIA Requerimentos

14h A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher avalia requerimentos.

CMCC Instalação

14h30 Instalação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

MP 664/2014 Pensão por morte

14h30 Análise do plano de trabalho da comissão mista da MP 664/2014, que muda a concessão da pensão por morte.

MP 665/2014 Concessão de abonos

14h30 A comissão mista da MP que aumenta o rigor para concessão de abonos aprecia plano de trabalho.

MP 660/2014 Servidores de Rondônia

15h Reunião da comissão da MP 660/2014, que enquadra na União os servidores do ex-território de Rondônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Proposta do ex-senador José Sarney que acaba com as alianças nas eleições para vereadores e deputados estaduais, distritais e federais segue para análise da Câmara

Aprovado o fim das coligações proporcionais

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem em segundo turno o fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do ex-senador José Sarney segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

Foram 62 votos a favor do texto (PEC 40/2011) e apenas 3 contrários, além de 1 abstenção. Para uma PEC ser aprovada, é preciso o apoio de três quintos dos senadores, ou seja, 49 votos.

A PEC havia passado por primeiro turno de votação há duas semanas e faz parte de um grupo de projetos relacionados à reforma política selecionados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelos líderes partidários.

Pela proposta, serão admitidas coligações somente nas eleições majoritárias — para presidente da República, governadores, prefeitos e senadores. Fica proibida a coligação nas eleições para vereadores, deputados estaduais, distritais e federais.

Para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a aprovação da proposta é um primeiro e importante passo nas reformas que estão sendo discutidas no Congresso. O senador disse que a medida vai aprimorar



PEC foi aprovada com facilidade pelos senadores, que pediram urgência para exame de outros temas da reforma política

o sistema de representação política no Brasil.

Omar Aziz (PSD-AM) reconheceu que o fim das coligações é importante, mas defendeu urgência para o debate sobre o financiamento das campanhas.

Por sua vez, João Capiberibe (PSB-AP) avaliou que o fim da reeleição deve ser outro tema tratado com urgência.

Walter Pinheiro (PT-BA) cobrou a inclusão de outras pautas que promovam uma reforma política ampla, como a reestruturação dos partidos e o financiamento eleitoral.

Na visão de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), a PEC 40 pode evitar “os oportunismos eleitorais”.

Blairo Maggi (PR-MT) disse

que o fim das coligações nas eleições proporcionais moraliza os pleitos e pode ajudar a acabar com as legendas de aluguel.

Aécio Neves (PSDB-MG) elogiou a iniciativa de Renan em trazer para o Plenário temas da reforma política. No entanto, pediu uma articulação mais clara com a Câmara dos Deputados, para que um tema aprovado em uma Casa não fique esquecido em outra. Ele lembrou que muitos projetos passaram no Senado e não tiveram andamento na Câmara.

Em resposta, Renan informou que, mais cedo, teve um encontro com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em que

ficou acertada uma agenda comum entre as duas Casas do Congresso, tendo a reforma política como um dos assuntos principais para o que definiu como “pauta expressa”.

Sessão temática

A sessão temática convocada para o debate do financiamento de campanhas eleitorais, inicialmente marcada para ontem, foi adiada. Ainda não há nova data prevista para o debate.

Na sessão, os senadores pretendem discutir possibilidades para o custeio das campanhas políticas. Parlamentares do PT defendem o financiamento público, com as campanhas sendo feitas exclusivamente com recursos da União.

Esse entendimento está previsto no Projeto de Lei do Senado (PLS) 268/2011.

Outra parte dos senadores defende a adoção de um modelo misto, com a possibilidade de doações por pessoas físicas — não mais empresas privadas — e com limites anuais distintos para recebimento de recursos por candidatos e partidos.

Essa visão é parcialmente defendida no PLS 47/2015.

Pimentel apoia ações do governo contra corrupção



José Pimentel (PT-CE) destacou as iniciativas do governo anunciadas na semana passada para combater a corrupção,

como a perda antecipada de bens apreendidos em crimes, a regulamentação da Lei Anticorrupção, a punição mais rigorosa de quem pratica caixa dois nas eleições e a adoção da ficha limpa no provimento de todos os cargos federais.

O senador lamentou que ao longo da história sempre tenham havido “ações nefastas”, como “as que o país assiste agora” e que têm como objetivo “burlar a coisa pública e desestimular as pessoas de bem”.

Para Capiberibe, sociedade reprova campanhas caras



João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que seu partido fará uma campanha barata nas eleições de 2016 — medida que,

em sua avaliação, encontra apoio na sociedade, “descrente do modelo atual, muito caro”.

Ele afirmou que o PSB não vai aguardar a aprovação de qualquer projeto que barateie as campanhas, como o fim do financiamento privado.

— O nosso imobilismo aqui, diante da crise, é enorme. Daqui a pouco vamos estar com as grandes manifestações aqui na nossa porta para impulsionar a reforma política, as mudanças que o povo exige.

Propostas da reforma política votadas até o momento

| PROJETO | CONTEÚDO | SITUAÇÃO |
|-------------|--|---|
| PEC 40/2011 | Acaba com as coligações em eleições proporcionais, em que são eleitos os vereadores e os deputados estaduais, distritais e federais. Somente serão admitidas coligações nas eleições majoritárias — para senador, prefeito, governador e presidente da República | Aprovada em segundo turno no Senado, segue para a Câmara |
| PLC 4/2015 | Estabelece o tempo mínimo de cinco anos de existência para que partidos políticos possam se fundir. O objetivo é evitar que sejam criadas legendas apenas para driblar a fidelidade partidária | Aprovado na Câmara e no Senado, aguarda sanção presidencial |
| PEC 58/2013 | Aumenta de 0,5% para 3,5% o percentual do eleitorado exigido como apoio para que um partido possa ser registrado no TSE. Também exige que os apoiadores estejam distribuídos por mais estados e em percentual maior do que o previsto hoje. O objetivo é dificultar a criação de legendas sem representação nacional | Rejeitada no Senado, será arquivada |

Gleisi defende alterações que fortaleçam partidos



A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu uma reforma política que reforce o papel dos partidos políticos.

Ela defende o fim do financiamento privado em eleições e lembrou que as doações empresariais eram legais em 2014.

— A Procuradoria-Geral da República pretende investigar doações recebidas por 15 políticos. Não investigam por amostragem ou existe uma crença de que parte das doações empresariais se dá por patriotismo, dever cívico, e a outra parte é propina? — questionou.

Pinheiro prevê mais fiscalização eleitoral por cidadão



Walter Pinheiro (PT-BA) falou sobre uma reforma política que reforce a representatividade dos partidos

e acabe com distorções no financiamento de campanhas.

Para ele, a disseminação dos telefones celulares ampliará a fiscalização pelo cidadão.

— Estabelece uma proximidade com o eleitor, descortina a questão da prestação de contas, cria transparência e nos dará a certeza de eleições com regras limpas, com participação e com condições democráticas plenas — disse.

Alvaro Dias: mudança política depende de acordo



Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que, se não houver acordo entre os presidentes da Câmara e do Senado, a

reforma política não passará de encenação, pois está sendo discutida há anos no Congresso.

Para ele, a prioridade deveria ser a discussão da organização partidária, e não o financiamento de campanhas.

— É importante, é claro, o debate sobre a reforma política, mas, sem uma estratégia definida, nós estaremos produzindo aqui mais uma encenação — alertou o senador.

Amorim quer todos os Legislativos no debate da reforma



Eduardo Amorim (PSC-SE) disse que está na hora de o Congresso, com os Legislativos estaduais e municipais,

discutir a reforma política. Para ele, qualquer mudança nessa área tem que contar com a contribuição de vereadores e deputados estaduais.

— Deixo aqui a sugestão para os colegas senadores: que levem a reforma política para as suas cidades. Ouçam os vereadores, ouçam os deputados estaduais, mas principalmente o povo — destacou o senador.

Brasileiro não deve custear candidatos, afirma Ataídes

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu limitações aos gastos de campanha política de modo que elas fiquem mais baratas.

Segundo ele, em 2002 os gastos foram de R\$ 798 milhões e em 2012 chegaram a R\$ 4,6 bilhões — crescimento de 471%.

O senador disse que, enquanto nos EUA o financiamento eleitoral representa 0,3% do PIB, no Brasil esses gastos chegam a 0,89%. Para Ataídes, aí está a “porteira da corrupção”, que precisa ser fechada.

— Esse dinheiro vira mandato, não vira estrada, não vira escola, não vira hospital. Nem a sociedade nem os empresários devem continuar pagando. É um acinte.

Ao anunciar apoio a pauta de reivindicações da indústria, presidente do Senado afirmou que aperto nas contas do governo também não deveria prejudicar setor produtivo

Renan: ajuste não deve ser feito à custa dos pobres

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, assegurou que apoiará as reivindicações do setor industrial apresentadas na 20ª edição da *Agenda Legislativa da Indústria*. A relação de 128 propostas foi apresentada ontem pela Confederação Nacional da Indústria.

Renan avalia que é um erro querer ajustar as contas públicas em detrimento dos mais pobres e do setor produtivo:

— O fim da desoneração como quer o governo será um colapso no aumento da produtividade e do emprego.

No início do mês, Renan decidiu pela devolução da medida provisória que reduzia o benefício fiscal de desoneração da folha de pagamento de 56 segmentos da economia (MP 669/2015). Segundo ele, a devolução de medidas provisó-

rias inconstitucionais preserva a segurança jurídica e mostra que as instituições estão funcionando normalmente.

— Cada vez seremos mais Congresso, o Executivo será mais Executivo e o Judiciário, mais Judiciário. Isso é prova da independência dos Poderes.

Segundo Renan, o Congresso não pode abrir mão de aprimorar o ajuste fiscal proposto pelo Executivo.

— O ajuste, como está, tende a não ser aceito pelo Congresso, porque é recusado pelo conjunto da sociedade.

Ele apontou outro caminho para a retomada do crescimento, como a redução do Estado:

— Por que não o programa “menos ministérios”, “menos cargos comissionados”, “menos desperdício”, “menos aparelhamento”?



O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirma que o fim da desoneração levaria o setor produtivo ao colapso

Dívida de estados ainda aguarda nova regra

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a regulamentação imediata do indexador da dívida dos estados e municípios:

— Essa regulamentação é fundamental. Houve um esforço do Congresso no sentido de que fizéssemos a troca do indexador. Estados e municípios continuam sendo punidos com taxas de juros da década de 90 e o IGP-DI mais juros de 6% a 9%.

A lei que altera o cálculo das dívidas foi aprovada ano passado, mas o Planalto decidiu retardar sua aplicação, em nome do ajuste fiscal. O adiamento levou o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, a entrar na Justiça para cobrar a aplicação da lei.

— Eu tenho conversado com o prefeito do Rio e o de São Paulo [Fernando Haddad]. Eu os apoio na pretensão da rápida regulamentação, da troca do

indexador da dívida pública. Essa é uma coisa fundamental — afirmou.

A lei que muda o indexador das dívidas dos estados e municípios foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro.

— É fundamental que o governo mande a regulamentação. Não acontecendo isso, os estados continuarão pagando juros escorchantes. O Congresso não concorda com isso.

As prioridades da indústria

Das 128 propostas, 18 integram uma pauta mínima. Cinco projetos listados nessa pauta são considerados urgentes para a indústria em 2015:

- ▶ Regulamentação da terceirização de mão de obra (PL 4.330/2004)
- ▶ Projeto que susta a aplicação de uma norma regulamentadora (NR 12) do Ministério do Trabalho sobre segurança no trabalho em máquinas e equipamentos (PDC 1.408/2013)
- ▶ Projeto que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (PLC 2/2015)
- ▶ Projeto que propõe mudanças na legislação tributária para introduzir o princípio da não cumulatividade em tributos que incidem sobre a indústria e empresas exportadoras, como IPI e contribuições ao PIS-Pasep e Cofins. (PL 6.530/2009)
- ▶ Convalidação de incentivos fiscais de ICMS (PLS 130/2014 — Complementar)

Comissões que analisam MPs sobre direitos trabalhistas definem agenda

As comissões mistas destinadas a examinar e emitir parecer sobre as Medidas Provisórias (MPs) 664/2014 e 665/2014 reúnem-se hoje para definir plano de trabalho.

A MP 664 torna mais rigorosa a concessão de auxílio-doença e pensão por morte. O presidente da comissão responsável pela medida é o senador José Pimentel (PT-CE). O relator é o deputado Eduardo da Fonte (PP-PE).

A MP 665 endurece a regra para a concessão do seguro-desemprego, do seguro-defeso para pescadores e do abono salarial. O deputado Zé Geraldo (PT-PA) preside a comissão e o relator é o senador Paulo Rocha (PT-PA).

As duas medidas, juntas, já receberam mais de 750 emendas. Depois da análise nas comissões, as MPs serão submetidas aos Plenários da Câmara e do Senado.

Aprovado alerta sobre fim de desconto em telefonia

As empresas de telefonia, banda larga e TV por assinatura podem ter que avisar com antecedência de 30 dias aos consumidores sobre o fim de descontos aplicados. A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovou ontem, em turno suplementar, o substitutivo ao PLS 18/2012, do senador Ciro Nogueira (PP-PI), que impõe essa nova regra de descontos nos preços dos

serviços de telecomunicações.

A proposta, que já foi acatada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), foi aprovada no início do mês em primeiro turno na CCT, onde recebeu voto favorável do relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para o senador, esse é um ganho para o consumidor, que passa a contar com mais um mecanismo de transparência na relação

contratual com a operadora de telecomunicações. Ele apresentou uma subemenda para trocar a palavra “tarifa” por “preços”.

A proposta original previa alterações que foram suprimidas durante a votação por outras comissões, como a obrigação de o desconto durar pelo menos um ano, eliminada por promover a limitação à atividade econômica. O texto segue direto para a Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

Medida sobre gestão do futebol chega ao Congresso

O Congresso recebeu a Medida Provisória (MP) 671/2015, que institui o Programa de Modernização da Gestão e Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

Conhecida como MP do Futebol, a medida trata da gestão temerária em entidades esportivas profissionais, criando limites para os gastos dos clubes e regras para o refinanciamento de dívidas. O texto foi lido por Eduardo Amorim (PSC-SE), que presidia

o início da sessão de ontem.

Pela MP, os clubes terão as dívidas renegociadas, com um prazo de até 20 anos para quitar todos os débitos com a União. A renegociação prevê descontos de até 70% no valor da multa, dependendo do caso. Poder de voto a atletas na eleição de conselhos, regras para criação de ligas esportivas e limite de mandatos para dirigentes também constam da MP, que ainda prevê medidas para fortalecer o futebol feminino.

A medida tem causado polêmica no meio esportivo. Integrantes do Bom Senso, grupo de jogadores que pede a modernização do futebol brasileiro, apoiam o governo e até participaram da assinatura da MP, na quinta-feira. No entanto, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) vê a medida provisória com ressalvas, já que o estatuto da Federação Internacional de Futebol (Fifa) proíbe que governos interfiram na gestão dos filiados.

Sem renegociação, país pode ter crise federativa, diz Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) alertou para o risco de o Brasil sofrer mais uma crise: a crise federativa, causada pela decisão do governo de não cumprir a lei que fixa novas regras para a renegociação das dívidas de estados e municípios com a União.

Negociada pelo governo com o Congresso, a lei foi sancionada no final de 2014. A

senadora teme que o governo não cumpra também a emenda constitucional que aumenta recursos do Fundo de Participação dos Municípios, que deve entrar em vigor este ano.

— Se isso acontecer, nem sei quais serão as consequências — advertiu, ressaltando que a situação financeira de estados e municípios está muito ruim.



Moreira Mariz/Agência Senado

Ouvindo em comissão, o presidente do Banco Central também defendeu o ajuste fiscal do governo, afirmou que o país tem proteção contra a alta do dólar e avaliou que o interesse estrangeiro pelo Brasil continua

Tombini diz que inflação começa a cair em abril

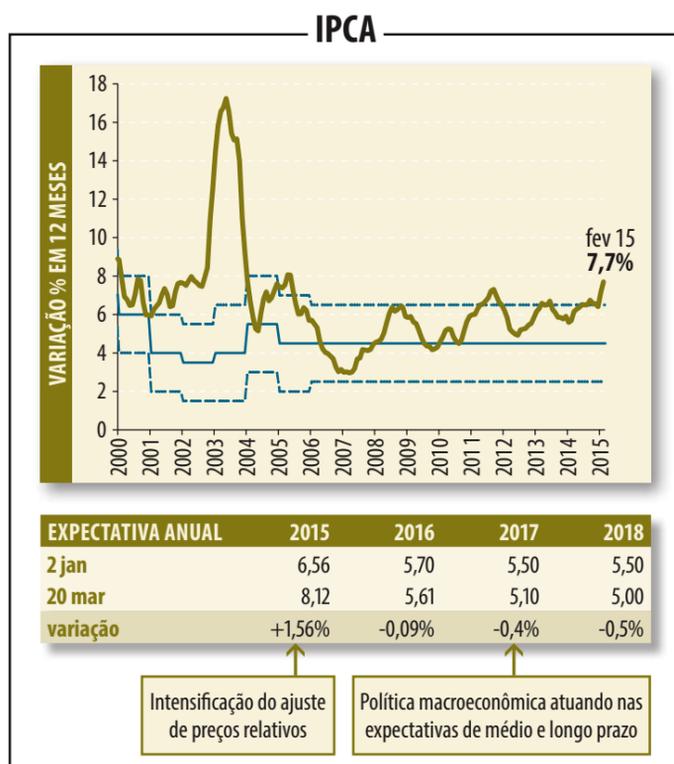
O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Alexandre Tombini, afirmou ontem no Senado que os primeiros resultados do ajuste fiscal do governo começarão a aparecer em abril, com queda no ritmo de alta dos preços. Ele previu para 2016 o retorno da inflação ao centro da meta: 4,5%. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses chegou em fevereiro a 7,7% (veja quadro ao lado).

Tombini participou de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Presidido pelo senador Delcídio do Amaral (PT-MS), o colegiado está fazendo uma série de debates sobre a crise. Na semana passada, recebeu o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Para a próxima terça-feira, o convidado é o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Segundo o presidente do BC, o governo está propondo e adotando “amplo, profundo e consistente conjunto de medidas fiscais, que inclui contenção de despesas correntes e parafiscais, eliminação de subsídios, realinhamento de tarifas públicas, bem como medidas de cunho mais estrutural”.

A defesa do ajuste foi feita em resposta aos senadores Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que colocaram em dúvida o receituário do Brasil. Bezerra observou que a estratégia dos Estados Unidos, mais expansionista do que a da Europa para enfrentar a crise financeira global, reduziu o desemprego e gerou expectativa de recuperação plena.

Vários senadores questionaram o presidente do Banco Central sobre a estratégia da equipe econômica para o combate à inflação. Em resposta a



Waldemir Moka (PMDB-MS), Tombini explicou que o BC trabalha para evitar que o impacto do realinhamento dos preços se espalhe pela economia.

José Serra (PSDB-SP) apontou “uma grande deformação na política de metas de inflação no Brasil”. Segundo ele, política de meta de inflação em geral pressupõe ajustes finos na taxa de juros.

— No Brasil, são ajustes cavalares que têm implicações fiscais, como não tem praticamente em nenhum dos países civilizados do mundo.

Serra e Tasso Jereissati (PSDB-CE) questionaram possíveis prejuízos ao Banco Central decorrentes dos swaps cambiais (operação de cobertura de riscos adotada pelo governo para proteger empresas brasileiras da alta da moeda norte-americana). Tombini explicou que os swaps estão num valor de mais de R\$ 110 bilhões, dos quais 80% entre as empresas não financeiras.

— É para permitir que o setor privado consiga viver e não saia quebrando ao primeiro soluço do câmbio — disse.

Respondendo aos senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Reguffe (PDT-DF), Tombini disse que o Banco Central tem autonomia operacional. Ele considerou normais as discussões de política macroeconômica com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento e, eventualmente, com a presidente Dilma.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) perguntou qual o impacto sobre a inflação de um eventual descumprimento da meta de superávit primário de 1,2% do PIB. Tombini respondeu que acredita no cumprimento da meta. Em resposta a Gleisi Hoffmann (PT-PR), ele afirmou que o interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil continua. No ano passado, disse, ingressaram no país mais de US\$ 60 bilhões. Para este ano, a previsão é de US\$ 65 bilhões.

Senadores aprovam benefício em tributação para pequena empresa

O Senado aprovou por 57 votos a 1, ontem, projeto que beneficia pequenas empresas no pagamento de substituição tributária. Segundo o PLS 201/2013, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o pagamento de ICMS sobre produtos ou mercadorias sujeitos a esse tipo de tributação passará a ser em uma única alíquota de 3,95%.

A substituição tributária obriga a empresa contribuinte a pagar o tributo devido por seus clientes ao longo da cadeia de comercialização — ou seja, pagar o ICMS da venda do produto antes que ela aconteça e mesmo se ela não acontecer. A medida é válida apenas para as microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no Simples Nacional.

Requião defende que conceder benefícios fiscais às pequenas empresas é uma forma de aquecer a economia.

— O pequeno empresário capitalizado gasta no mercado formal. Ele compra uma geladeira, um automóvel, conserta sua casa, vai a uma loja de materiais de construção e tudo

isso é tributado — observou.

Romero Jucá (PMDB-RR) apoiou o projeto e afirmou que ele é um passo importante para a simplificação do sistema tributário nacional.

— Essa medida faz justiça aos micros e pequenas empresas. Com a substituição tributária, termina-se onerando quem depois não tem como compensar — comemorou.

Restituição

A proposta institui também uma nova hipótese de restituição do ICMS. Hoje, a Lei Kandir já assegura a esses contribuintes o direito à restituição de valor quando a venda não se efetuar. O projeto prevê a compensação também quando a venda se realizar com base de cálculo inferior à estimada pela Secretaria da Fazenda.

Segundo a relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a Lei Complementar 147/2014 atendeu diversas reivindicações, mas “não estabeleceu limites à imposição severa de tributos a micros e pequenos empresários”, lacuna preenchida agora. O texto segue para a Câmara.

Para agilizar votações, Senado e Câmara criam “pauta expressa”

A regulamentação do indexador das dívidas dos estados e municípios e a reforma política são os principais itens da “pauta expressa” definida pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha. A intenção é agilizar as votações para que textos aprovados em uma das Casas possam ser votados mais rapidamente na outra.

—Será uma espécie de pauta comum de alguns temas que, votados no Senado, serão votados na Câmara e, votados na Câmara, serão votados no Senado. Vamos eleger pontos e votá-los em uma pauta expressa — disse o presidente do Senado.

Os itens da pauta comum

são definidos a partir do trabalho de uma comissão formada por dois senadores e dois deputados. Além da regulamentação do indexador e da reforma política, eles devem apontar projetos sobre a melhoria do ambiente de negócios do país.

O primeiro item da pauta expressa é o indexador da dívida dos estados (veja página ao lado). Eduardo Cunha explicou que a lei que altera o indexador da dívida tem que ser executada imediatamente, independente de regulamentação. O deputado classificou como “burocracia do governo” o fato de a presidente Dilma Rousseff ter adiado as negociações dessas dívidas.

Blairo pede cautela para solucionar crise econômica

Blairo Maggi (PR-MT) acredita que as crises econômica e política estão atreladas e a solução das dificuldades na economia pode dar tranquilidade ao governo. Por isso, o senador pediu cautela do Congresso na análise das propostas de ajuste fiscal. Ele sugeriu que a presidente Dilma Rousseff reconheça erros, estimule as concessões e invista em infraestrutura.

— Esse é um assunto que temos que tratar independentemente daquilo que cada partido defende como bandeira. A bandeira principal neste momento é o país, é o Brasil — afirmou o senador.



Moreira Matiz/Agência Senado

Agência de risco vê economia do país sólida, diz Humberto

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que, ao manter a nota de crédito do Brasil no chamado grau de investimento, a agência de risco internacional Standard & Poor's deu um sinal de confiança na solidez da economia brasileira e na política macroeconômica do governo.

Para o senador, é impressionante que essa avaliação chegue num momento em que, internamente, muita gente tenta diminuir o Brasil e instalar uma crise de confiança no governo e no país, disseminando uma sensação de tensão política e econômica.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Cássio, denúncias contra estatais derrubam “ícones”

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) manifestou preocupação com irregularidades em estatais como Petrobras e Correios, que definiu como “desmoroamento de ícones”.

O senador mencionou a crise no fundo de pensão dos Correios e auditoria do Tribunal de Contas da União que apontou uso eleitoral.

— A empresa foi usada de maneira ilegal pela presidente para distribuição de material de campanha, o que deverá ser alvo de análise da Justiça Eleitoral — disse, ressaltando estar indignado com denúncias de corrupção na Petrobras.



Moreira Matiz/Agência Senado

Malta cobra revisão de classificação de novela

Magno Malta (PR-ES) comunicou o envio de ofício ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, cobrando a revisão da classificação indicativa da novela *Babilônia*, da TV Globo. Para ele, a emissora burlou a lei para atender os patrocinadores.

Malta citou cenas de homossexualidade e os temas de ninfomania e aborto para dizer que a novela não poderia ser liberada nem para maiores de 16 anos. Ele chamou a atenção para a responsabilidade dos pais para orientar os filhos, mas ressaltou que a televisão é uma concessão pública.



Moreira Matiz/Agência Senado

Em audiência no Senado, Mauro Vieira afirmou que, apesar das dificuldades no Orçamento, presidente Dilma Rousseff não reduzirá rede de embaixadas no exterior

Verba do Itamaraty é insuficiente, diz ministro

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o orçamento da pasta não é suficiente para atender às ações do Brasil no exterior.

— É evidente que nós temos dificuldades no orçamento. Para a presença que o Brasil demanda no exterior, nós precisaríamos ter um orçamento muito maior. Mas nós atuamos de acordo com a realidade, dentro dos recursos que temos.

Segundo ele, uma das maiores dificuldades é o câmbio. Cerca de 90% do orçamento do ministério é gasto no exterior.

— Flutuações cambiais, como a que estamos vendo recentemente, têm impacto.

Vieira falou ontem numa audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O debate foi realizado por iniciativa do presidente da comissão, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O ministro também defendeu a presença do Brasil no maior número possível de países e destacou o papel das embaixadas



O ministro Mauro Vieira participa da audiência pública, ao lado dos senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique

xadas cumulativas, nas quais o embaixador residente em um país também representa o Brasil em países vizinhos, com redução das despesas. Ele afirmou:

— Ao longo de todo este curto período em que estou na função, menos de três meses, todas as vezes em que estive com a presidenta Dilma, ela me deu garantias de que seriam dados os recursos necessários para

a manutenção dessa rede de embaixadas no exterior.

Venezuela

O posicionamento do Brasil em relação ao governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, foi cobrado por vários senadores, que apontaram os casos de violação aos direitos humanos e à democracia.

Vieira explicou que é participante de uma comissão de

chanceleres da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) que tem como missão incentivar o diálogo entre governo e oposição na Venezuela. Ele comemorou os resultados, como o fim da violência contra manifestantes nas ruas.

Questionado por Lasier Martins (PDT-RS) sobre a lei que permite a Maduro governar por meio de decreto, o ministro afirmou se tratar de um “insti-

tuto antigo já usado por vários presidentes na Venezuela”.

O ministro também respondeu questionamentos sobre o Programa Mais Médicos. Ronaldo Caiado (DEM-GO) cobrou o governo sobre a entrada de supostos espíões com falsos diplomas de médicos para patrulhar o trabalho dos conterrâneos no Brasil.

Vieira explicou que ao Itamaraty coube apenas conceder os vistos necessários ao exercício da medicina no Brasil. E acrescentou que entraram no país 50 consultores da Organização Pan-Americana da Saúde para acompanhar o programa.

De acordo com o titular do Ministério das Relações Exteriores, uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU continua sendo prioridade do Brasil:

— O avanço é lento e o Brasil enfrenta dificuldades com países da região. Além disso, o conselho precisa ser reformado, atualizado, para se tornar representativo do mundo atual.

Livro dos Heróis da Pátria terá nomes de mártires baianos

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto que inscreve no *Livro dos Heróis da Pátria* os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas, mártires da Independência da Bahia, ocorrida em 2 de julho de 1822. O PLS 535/2011 é uma iniciativa dos senadores pela Bahia: Lídice da Mata (PSB) e Walter Pinheiro (PT) e do ex-senador João Durval.

Durante a discussão, Lídice relatou a atuação dos quatro símbolos da saga baiana relativa à luta pela independência do Brasil no estado. São eles:

Maria Quitéria, a valente baiana que, travestida de soldado e assim incorporada ao Batalhão dos Periquitos, destacou-se pelo heroísmo em diversas batalhas contra as forças colonialistas. Sóror Joana Angélica foi a freira que ofereceu a vida à defesa de seu convento e suas monjas do ata-

que de militares portugueses que reprimiam e promoviam desordens. Maria Felipa de Oliveira foi a corajosa mulher negra que comandou uma resistência de caráter popular, tão improvisada quanto danosa às tropas e embarcações portuguesas localizadas na Ilha de Itaparica. João das Botas, marinheiro português convertido à causa da independência, conquistou, como comandante da Flotilha Itaparicana, notáveis feitos bélicos nas águas da Baía de Todos-os-Santos durante a Guerra da Independência.

Exemplo aos estados

Ana Amélia (PP-RS) elogiou a atuação da bancada.

— A Bahia deu um exemplo aos demais estados brasileiros no resgate da história do país — disse.

Caso não haja recurso no Plenário, o projeto segue direto para a Câmara.

O PLC 91/2014, sobre a contrapartida social de empresas com benefícios fiscais, foi retirado da pauta da comissão. O projeto que obriga empresas culturais beneficiadas pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) a oferecer contrapartida social deverá ser objeto de uma nova proposta encaminhada pelo Executivo. O pedido foi feito pela relatora da proposta, Lídice da Mata. Segundo ela, o ministro da Cultura, Juca Ferreira, quer apresentar um projeto de lei mais global a respeito do assunto e seria importante ouvi-lo.

— A ideia é fazer avançar muito mais a proposta de fortalecimento da cultura nacional. Por isso, eu solicito a retirada de pauta deste projeto para que nós possamos fazer uma legislação que realmente faça avançar o fomento à cultura, o consumo da cultura em nosso país e a sua promoção — explicou a senadora.

Projeto contra terrorismo será debatido em sessão temática

O Senado fará uma sessão temática sobre terrorismo, com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado (PLS) 499/2013, conhecido como Lei Antiterrorismo. A sugestão partiu de Roberto Requião (PMDB-PR). Um requerimento para que o projeto tramitasse em regime de urgência chegou a ser apresentado por Romero Jucá (PMDB-RR) ontem. Diante das divergências sobre o tema, porém, Jucá reconheceu que não há uma concordância ampla e apoiou a sessão temática.

Para Humberto Costa (PT-PE), a sessão temática atende à necessidade de aprofundamento das questões do terrorismo. Walter Pinheiro (PT-BA) também manifestou apoio à sessão temática. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) sugeriu a presença de representantes do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O

presidente do Senado, Renan Calheiros, acolheu a sugestão e considerou prejudicado o requerimento de urgência.

Rio São Francisco

Na mesma sessão, foi aprovada a criação de comissão temporária externa para acompanhar atos referentes às obras do projeto de transposição do Rio São Francisco. A comissão será formada por seis membros titulares e igual número de suplentes. O requerimento para a recriação do colegiado, que já havia encerrado seus trabalhos, foi apresentado pelo senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

Já a votação da Lei Geral das Antenas (PLS 293/2012) foi cobrada por Pinheiro (PT-BA) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Em resposta, Renan anunciou que a proposta será incluída na ordem do dia de hoje. O projeto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Onze senadores fazem parte da CPI do HSBC, que investigará a relação de clientes brasileiros com contas suspeitas na filial suíça do banco

Iniciado trabalho para investigar suspeita de fraude no HSBC da Suíça

O SENADO INSTALOU ontem a comissão parlamentar de inquérito que examinará uma lista de 8.667 brasileiros que mantêm ou mantiveram conta no banco HSBC da Suíça, alvo de um vazamento que ficou conhecido como swissleaks.

Foi eleito presidente o senador Paulo Rocha (PT-PA). O vice-presidente é o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que propôs a criação da CPI. O relator será Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O grupo de 11 senadores titulares trabalhará pelos próximos seis meses e deve apurar a existência de evasão de divisas e fraude fiscal dos clientes — entre os quais, empresários, políticos, agiotas e artistas.

Documentos mostram que o banco blindou correntistas de obrigações fiscais e da comprovação da origem dos re-



Paulo Rocha (C) é eleito presidente da comissão; Randolfe Rodrigues (E), vice-presidente; e Ricardo Ferraço, relator

curso. Doze partidos políticos brasileiros receberam doações eleitorais vindas do banco.

O presidente da CPI afirmou que a comissão não fará uma “caça às bruxas” e que conduzirá os trabalhos “com equilíbrio e responsabilidade”.

— A tentativa de transformar isso num grande espetáculo é concreta. Então, a minha responsabilidade e a minha experiência já de 24 anos no Congresso, minha posição é que a gente dirija isso aqui com equilíbrio e com responsabili-

dade, porque envolve a vida das pessoas — disse Paulo Rocha.

Ricardo Ferraço ressaltou a importância de investigar o caso, pois, além da sonegação de impostos, podem ter ocorrido outros crimes, inclusive ligados ao crime de corrupção investigado na Operação Lava-Jato.

— São dois dos valores que nós precisaremos trabalhar aqui com muita responsabilidade, respeitando a privacidade, mas tendo como preocupação central também em não rimar privacidade com impunidade, buscando os fatos como eles são — disse.

Randolfe afirmou que a investigação deve ser feita para separar culpados de inocentes.

— Investigação busca separar quem é culpado de quem é inocente. Obviamente, quem for culpado tem que responder. O que nós temos que fazer é investigação: nem mais nem menos que investigação — garantiu o vice-presidente da CPI.

Comissão tem encontros hoje e amanhã

Novas reuniões da CPI do HSBC estão marcadas para hoje, às 10h15, e amanhã, às 8h30, quando os senadores devem aprovar o plano de trabalho da comissão. Randolfe Rodrigues apresentou uma sugestão nesse sentido, com base em sete requerimentos que deverão ser aprovados no próximo encontro.

Ele propõe ouvir o Ministério Público Federal, que já investiga o caso; o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; os jornalistas Fernando Rodrigues (site Uol) e Francisco Otávio (jornal *O Globo*), que fizeram a primeira divulgação de 129 nomes de brasileiros com contas na Suíça; o presidente do HSBC do Brasil, André Brandão; e o presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues.

Dependendo do resultado da reunião com o Ministério Público Federal e com a Receita

Federal, o senador propõe também que se faça uma diligência na França para obter informações do ex-empregado do HSBC Hervé Falciani, que vazou documentos do banco para o jornal *Le Monde*. As investigações devem se iniciar com base nas informações da base de dados vazada por Falciani. Os dados trazem contas entre os anos de 2006 e 2007 e indicam uma lista de 6.606 contas, que movimentaram cerca de US\$ 7 bilhões. Segundo essas informações, o Brasil é o quarto maior país de origem dos recursos depositados no HSBC da Suíça.

— O objetivo desta CPI é investigar qual é a porosidade, quais são as falhas do sistema tributário brasileiro que possibilitam uma provável evasão fiscal desse tamanho. Segundo, contribuir com as investigações que já estão em curso — afirmou Randolfe.

Senadores ouvem Traumann sobre verbas publicitárias

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Thomas Traumann, virá ao Senado para explicar os planos de ação da comunicação governamental e o suposto uso de verbas publicitárias federais para atender interesses políticos e partidários da presidente da República.

Traumann falará na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O convite ao ministro foi proposto por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), motivado por um documento elaborado por Traumann que revelaria, segundo o senador, o uso da máquina pública para fazer promoção pessoal da presidente Dilma Rousseff.

— Vejo nesse documento



Thomas Traumann, titular da Comunicação Social da Presidência

muitas infrações a regras basilares que devem orientar a administração pública. Principalmente alarmante é o momento em que ele preconiza a conciliação entre a propaganda do governo e a propaganda do partido — justificou Aloysio.

A CCT também decidiu fazer uma audiência pública

sobre a situação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Autor do pedido de debate, Marcelo Crivella (PRB-RJ) relatou que estudantes têm enfrentado filas em faculdades para conseguir o financiamento.

Serão convidados o ministro da Educação e um representante do Ministério Público Federal e outras autoridades. O MEC é ocupado interinamente por Luiz Cláudio Costa.

— Queremos ouvir as autoridades para que eles expliquem se há contingenciamento e quais as providências que estamos tomando para atender os jovens universitários — explicou Crivella.

As datas das duas audiências ainda não foram marcadas.

Juristas pedem que projeto original sobre arbitragem seja retomado

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão e o advogado Marcelo Nobre pediram ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que seja mantido o texto original do projeto sobre a nova Lei de Arbitragem. Depois de passar pelo Senado, o PLS 406/2013 foi aprovado pela Câmara dos Deputados com emendas e será submetido a nova análise dos senadores.

— Nosso intuito é que o Senado mantenha o projeto original, que é muito bom — disse Salomão.

Uma das mudanças feitas pela Câmara no projeto foi a inserção de um dispositivo que exige regulamentação prévia para a adoção da arbitragem nos contratos públicos.

Senado aprova novo embaixador em Angola

O Plenário aprovou o diplomata Norton de Andrade Mello Rapesta como embaixador do Brasil em Angola. A nomeação recebeu 59 votos favoráveis e 2 contrários, com 1 abstenção. Rapesta foi embaixador brasileiro na Finlândia até o início do ano.

Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) este mês, o diplomata defendeu que o Brasil tome medidas para superar o “gargalo logístico” que existe no transporte marítimo e aéreo com o continente africano.

Ministro das Cidades participa de audiência

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará audiência pública interativa hoje, às 9h, para ouvir o ministro das Cidades, Gilberto Kassab. O debate atende a requerimento do senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) para o ministro apresentar previsão de ações para os próximos anos.

Para participar, o cidadão pode enviar pergunta ou sugestão pela internet (<http://bit.ly/audienciainterativa>) ou pelo Alô Senado (0800 612211). A audiência poderá ser acompanhada no Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania), no Facebook ([senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)), no Twitter ([@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)) e na TV (www.senado.leg.br/TV).

Senador defende um relatório único para as três comissões que ainda analisam o projeto, garantindo a exploração dos recursos e os direitos das comunidades tradicionais

Viana busca acordo sobre Lei da Biodiversidade

O RELATOR DO novo Marco Legal da Biodiversidade na Comissão de Meio Ambiente (CMA), Jorge Viana (PT-AC), acatou 62 das 129 emendas apresentadas ao projeto. O presidente da CMA, Otto Alencar (PSD-BA), concedeu vista coletiva do PLC 2/2015 por 24 horas e convocou sessão para hoje, às 9h, para a votação.

Viana busca acordo para a elaboração de relatório comum com as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) — que também

adiou votação marcada para ontem (*leia abaixo*). Esse texto único seria submetido ao Plenário.

O novo marco vai substituir a MP 2.186/2001, criticada por ser restritiva, gerando entraves à pesquisa com plantas e animais nativos e à transformação desse conhecimento em produtos comercializáveis.

— O atual marco legal não beneficia nenhum dos setores ou provedores que deveriam ser beneficiados pela norma. Em 13 anos de vigência, praticamente não houve nenhuma

repartição de benefício — disse o senador.

Viana fez um apelo pelo entendimento. O projeto tramita em regime de urgência e, se não for votado até 10 de abril, trancará a pauta do Plenário.

— Faço esse relatório em memória de Chico Mendes e pelos povos que cuidam da nossa biodiversidade. Tomara que prevaleça o bom senso, pois, se o projeto for votado como chegou ao Senado, deixará em insegurança muito grande os povos tradicionais e o acesso à biodiversidade — afirmou o senador.

Emendas acatadas

POVOS INDÍGENAS



Substituição do termo “população indígena”, utilizado no projeto, por “povos indígenas”, que engloba o sentido de identidade cultural e identidade étnica, bem como direitos dos indígenas perante as leis brasileiras. A alteração também segue a terminologia usada em acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS



Obrigatoriedade da repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de conhecimento tradicional associado, mesmo que o componente desse conhecimento não esteja entre os principais elementos de agregação de valor ao produto. No projeto, a obrigação de repartição é restrita a casos em que o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional seja um dos principais elementos. Esse pagamento será de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto.

ISENÇÃO



Isenção da obrigação de repartição de benefícios à exploração econômica de produto acabado realizada antes de 29 de junho de 2000, data da edição da primeira medida provisória sobre o tema. O substitutivo em exame isenta de repartição de benefício exploração econômica a partir da vigência da nova lei, resultado de acesso ao patrimônio genético realizado antes de 29 de junho de 2000.

AGRICULTOR FAMILIAR



Substituição do termo “agricultor tradicional” por “agricultor familiar” ao longo de todo o texto, conforme definição contida na Lei 11.326/2006, que estabelece diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar.

CULTIVARES



Não vinculação da definição de sementes crioulas à Lei de Proteção de Cultivares (Lei 9.456/1997) e ao Sistema Nacional de Sementes e Mudas (Lei 10.711/2003). A vinculação a essas leis, segundo Viana, limita direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares sobre seus recursos fitogenéticos. De acordo com o relator, como as sementes crioulas possuem conhecimentos tradicionais intrínsecos, essa definição afeta diretamente os direitos dos provedores de receberem repartição de benefícios em decorrência da fabricação de produtos elaborados a partir de recursos genéticos da agrobiodiversidade.

LISTA



Fim da lista de produtos passíveis de repartição de benefícios, prevista no projeto, e elaboração de relação de produtos isentos da repartição. A lista prevista no projeto é considerada uma limitação à repartição de benefícios, pois, até ser editada, nenhum produto seria passível de compensação. A repartição de benefícios de um novo produto também ficaria pendente até que ele fosse incluído na lista. Com a mudança acatada pelo relator, a lista determinará os produtos cujos benefícios não devem ser repartidos. Todos os outros serão passíveis de terem os rendimentos repartidos.

EMPRESA ESTRANGEIRA



Exclusão da possibilidade de uma empresa estrangeira sem associação com instituição nacional acessar o patrimônio genético brasileiro ou receber amostra desse patrimônio.

MODALIDADE NÃO MONETÁRIA



Escolha da forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária será determinada por decreto do Executivo, e não por ato de ministérios, como previsto no projeto. Nessa modalidade, incluem-se, por exemplo, transferência de tecnologia e investimento em projetos de proteção da biodiversidade. Viana acatou ainda emendas determinando que os benefícios serão destinados a unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade. Pela proposta em exame, ficaria a cargo do fabricante do produto acabado oriundo de acesso ao patrimônio genético indicar o beneficiário da repartição.

ESPÉCIES INTRODUZIDAS NO PAÍS



Isenção de repartição de benefícios para os produtos destinados à alimentação e à agricultura, na exploração comercial de patrimônio genético e conhecimento relacionado a espécie introduzida no país. O projeto aprovado na Câmara previa a isenção para qualquer uso.

FISCALIZAÇÃO



Retirada do Ministério da Agricultura a competência de fiscalizar infrações contra o patrimônio genético, mantendo os dois outros órgãos previstos no projeto como responsáveis pela fiscalização: Ibama e Comando da Marinha (Ministério da Defesa). Viana acatou a mudança por considerar que a manutenção do Ministério da Agricultura criaria “uma sobreposição de competências”.



Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, Viana incorporou ao parecer 62 das 129 emendas apresentadas

Impasse adia votação do novo marco legal em comissão

Pedido de vista coletiva adiou a votação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do PLC 2/2015, que institui o novo Marco Legal da Biodiversidade. A proposta tem regime de urgência e pode trancar a pauta do Plenário a partir de 10 de abril.

O fim da exigência de autorização prévia para pesquisa com recurso genético e conhecimento tradicional associado está entre os principais aspectos do projeto.

Aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com duas emendas de redação, o marco legal também está em análise nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE). Se forem acatadas emendas de mérito, o texto volta à Câmara.

Durante a discussão do pro-

jecto, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) propôs que os relatores nas comissões busquem consenso. A ideia é que hoje seja possível votar o texto em todos os colegiados.

— Não há a menor hipótese de não alterarmos o projeto sob essa justificativa de que ele tem que andar — afirmou Pinheiro.

Na avaliação do senador Telmário Mota (PDT-RR), relator da proposta na CCT, o texto aprovado pela Câmara não atende aos anseios dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

— Parece que vamos oficializar a biopirataria que foi a causa do rigor da lei, que hoje rege esse procedimento — disse.

Lasier Martins (PDT-RS), que presidiu a reunião, concordou com a necessidade de um novo marco legal para o setor, mas criticou a urgência dada ao projeto. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também lamentou a pressa do governo.

— Essa matéria está correndo

a toque de caixa no Senado. Não há tempo efetivo para uma discussão profunda de um projeto tão complexo porque ele veio com urgência constitucional — lamentou Aloysio.

Emendas

O relator da CCT acatou seis emendas para obrigar a repartição de benefício sempre que um produto resultar de uso de patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado, mesmo que esse componente não esteja entre os principais elementos de agregação de valor do produto. O pagamento deve ser de até 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto. Três outras emendas acolhidas pelo relator acabam com a lista de classificação de produtos passíveis de repartição de benefícios e preveem a elaboração de uma lista de produtos cujos benefícios não devem ser repartidos. A lista prevista pelo projeto era considerada uma limitação, pois até ser editada, nenhum produto seria passível de compensação.

O senador acatou ainda 19 emendas que visam à substituição do termo “população indígena” por “povos indígenas”, que engloba não apenas o sentido de identidade cultural e identidade étnica, mas também assegura a autonomia e os direitos dos índios perante as leis brasileiras.



Lasier Martins (à mesa) critica urgência em projeto sobre biodiversidade